

ACERCA DO JORNAL *CONFEDERAÇÃO DO TRABALHO*: MUNDOS DO TRABALHO, ELITE EXTRATIVISTA/COMERCIAL E “BLOCO DE INTERESSES DO TRABALHO” – AMAZONAS 1909/1910.

Luciano Everton Costa Teles¹

RESUMO:

O controle sobre o movimento operário amazonense, assim como o de outras regiões do país, foi disputado por socialistas, reformistas, anarquistas, colaboracionistas e, também, por setores de grupos dominantes. O presente artigo tem como objetivo analisar os interesses de segmentos da elite local em produzir uma fala direcionada ao operariado cujo conteúdo continha uma proposta política de formação de um “bloco de interesses do trabalho”, explicitando o contexto social e político que contribuíram para esse processo.

Palavras-chave: Movimento Operário, Elite Local, Amazonas.

ABOUT THE *LABOR CONFEDERATION* JOURNAL: LABOR WORLDS, EXTRATIVIST / COMMERCIAL ELITE AND "BLOCK OF LABOR INTERESTS" - AMAZONAS 1909/1910.

ABSTRACT:

Control over the Amazon labor movement, as well as that of other regions of the country, was disputed by socialists, reformists, anarchists, collaborators, and also by sectors of dominant groups. The objective of this article is to analyze the interests of segments of the local elite in producing a speech aimed at the working class whose content contained a political proposal for the formation of a "block of labor interests", explaining the social and political context that contributed to this process.

Keywords: Work Movement, Local Elite, Amazonas.

INTRODUÇÃO

Ao ler o trabalho de Alexandre Nogueira Avelino (2008) sobre as representações do patronato amazonense acerca do mundo do trabalho e dos trabalhadores no Amazonas, surgiu uma inquietação: para além das imagens de “preguiçosos”, “indolentes” e de “não afeitos ao trabalho”, assim como dos diversos mecanismos de disciplinamento e controle lançado mão pelo patronato local, será que não houve outra proposta, como, por exemplo, de inserção desses trabalhadores no cenário político local e de um mínimo de reconhecimento de suas

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas. Professor Assistente da Universidade do Estado do Amazonas. Membro do Grupo de Pesquisa História Social da Amazônia. E-mail: lucianoeverton777@hotmail.com

condições adversas de vida e trabalho? Essa pergunta parecia não ter resposta até o momento em que o jornal *Confederação do Trabalho* foi compilado². Esse jornal não somente foi produzido por um grupo ligado à elite local, como também elaborou uma fala direcionada ao mundo do trabalho no Amazonas e, ao que parece, lançando uma proposta de formação de um “bloco de interesses do trabalho”³ que possibilitasse um crescimento econômico local associado a uma melhoria, ainda que mínima, das condições de vida e trabalho do operariado manauara. Certamente que por trás desse projeto havia o interesse em disputar o controle do movimento operário com os socialistas e anarquistas que atuavam também na organização desse movimento.

O presente artigo tem como objetivo analisar os interesses de segmentos da elite local em produzir uma fala direcionada ao operariado cujo conteúdo continha uma proposta política de formação de um “bloco de interesses do trabalho”, explicitando o contexto social e político que contribuíram para esse processo.

O movimento operário no Amazonas e as disputas em torno de seu controle

Pode-se dizer que o movimento operário local se desenvolveu a partir de quatro elementos fundamentais: a ampliação do mercado de trabalho, a imigração/migração, as contradições e desigualdades na relação capital/trabalho e a emergência de leituras de críticas sociais.

No primeiro caso, a exportação do látex voltada para as indústrias norte-americanas e europeias para a fabricação de correias dentadas, tubos, pneumáticos e outros produtos que tinham a borracha como matéria-prima (SANTOS, 1980; WEINSTEIN, 1993) permitiu que a capital do Amazonas, grande beneficiária dos resultados dessa venda ao mercado

² Cabe colocar em relevo que do jornal em tela foram preservados três números: n. 1 de 14/11/1909; n. 2 de 28/11/1909 e n. 3 de 25/12/1909. Todos, ano I. Isso gera algumas dificuldades como, por exemplo, ter acesso a um conjunto mais amplo de informações sobre as dimensões do mundo do trabalho e das relações entre setores da elite e militantes operários na década de 1910. Não obstante, as poucas informações, porém preciosas, que constam na referida documentação (e é neste ponto que reside sua importância) revelam não somente um interesse de setores da elite em dialogar com o operariado, mas também e, fundamentalmente, segmentos da militância operária que não descartavam a possibilidade de colaboração de classes e, através disso, de buscar algum tipo de melhorias para os trabalhadores. Além disso, o próprio contexto do surgimento do *Confederação do Trabalho*, observando o grupo que estava por trás dele bem como sua composição social, e, também, o processo de consulta de outras fontes (jornais, revistas, etc.), colocam-se como fundamentais para se entender o que se denominou de “bloco de interesses do trabalho”.

³ A expressão “bloco de interesses do trabalho” visa traduzir um movimento de colaboração de classes, oriundo no âmbito de contextos específicos que acabaram promovendo um processo de aproximação entre setores da elite e fração do movimento operário, em função de uma convergência de interesses ligados ao universo do mundo do trabalho. Tais interesses, que podem ser políticos, econômicos e/ou sociais (ou ambos, dependendo do contexto e das relações sociais em jogo, que são diferentes para cada região), configuram-se como a mola propulsora da articulação do bloco. Essa expressão se encontra em (LONER, 2010).

internacional, ao lado de Belém – capital do Pará – (SARGES, 2002), por intermédio de sua elite extrativista e comercial, pudesse realizar uma gama de intervenções urbanísticas no sentido de urbanizar, modernizar e embelezar a cidade de Manaus com a finalidade de atrair investimentos estrangeiros, em especial o capital inglês.

Um dos resultados desse processo foi à ampliação do mercado de trabalho que se refletiu não somente numa quantidade maior de vagas na burocracia do Estado (professores, médicos, advogados...) e nas empresas estrangeiras que, por concessão, passaram a atuar nos serviços urbanos da cidade como no porto, na energia elétrica e nos bondes, esgoto e distribuição de água, mas também na praça comercial, com o surgimento e o aumento de serviços como hotéis, restaurantes, botequins e casas comerciais de vendas de produtos nacionais e importados de pequeno, médio e grande porte (PINHEIRO, 1999; DIAS, 1999). Da mesma forma, as atividades de produção foram intensificadas nas marcenarias, sapatarias, alfaiatarias, fábricas de roupas, cervejas, cestas e vassouras, panificação, gelo, sabão, entre outras (COSTA, 2000). Neste sentido, o mercado de trabalho aberto passou a absorver uma quantidade, até então inédita na região, de trabalhadores locais, nacionais e estrangeiros.

Os nacionais e estrangeiros foram atraídos para a região em função da propaganda que corria no Brasil e no exterior, tanto oficial quanto de supostos exemplos que, de boca em boca, reproduziam histórias de sucesso econômico e/ou de oportunidades mais dignas de trabalho e vida de alguns que se deslocaram em direção à floresta tropical. Nesta esteira, principalmente os nordestinos tiveram como destino à Amazônia, assim como também os portugueses, os espanhóis, os italianos, etc. As tabelas abaixo se constituem como bons exemplos dessa composição que vai marcar os trabalhadores locais:

TABELA 1

Nacionalidade	Números
Brasileiros	895
Estrangeiros	115
Portugueses	80
Peruanos	9
Italianos	8
Espanhóis	7
Ingleses	4
Alemães	3
Austríacos	1

Franceses	1
Russos	1
Sírio-Libaneses	1
TOTAL	1.010

TABELA 2

Naturalidade	Números
Amazonas	362
Ceará	116
Pará	95
Paraíba	66
Maranhão	66
Rio Grande do Norte	50
Pernambuco	38
Piauí	15
Bahia	13
Sergipe	12
Acre	12
Alagoas	11
Rio de Janeiro	5
Minas Gerais	2
Rio Grande do Sul	2
Espírito Santo	1
TOTAL	866

Fonte: Livro de registros da Associação União Operária Amazonense (1926). Acervo CEMEJ
(In: PINHEIRO, 2014, p. 9 e 15).

Enfim, os ramos econômicos desenvolvidos tinham como alicerces as atividades de circulação e consumo, havendo a atuação, em pequena escala, de oficinas/fábricas específicas. Com efeito, a ampliação do mercado de trabalho manauara se deu ancorado nestas bases: exportação do látex e imigração/migração. Nas relações entre capital e trabalho ocorridas no âmbito desse mundo do trabalho, as contradições emergiram e se tornaram explícitas numa região que passou a vivenciar, a partir daí, a intensificação desse processo. As denúncias veiculadas pela imprensa operária da região deixam entrever esses conflitos que diziam

respeito ao processo de alta jornada de trabalho (algo em torno de 14/16 horas diárias), de péssimas condições do espaço de trabalho, de instabilidade no emprego, de disciplina rígida de descontos por atraso, por danos materiais nos produtos e, sobretudo, de ausência de uma legislação de proteção social do trabalhador (TELES, 2016). Demandas que faziam parte do operariado nacional e que tiveram suas expressões em nível local.

Somam-se a isso a exclusão política de boa parte dos trabalhadores por serem analfabetos, já que a constituição de 1891 determinava que eles não podiam votar e nem serem votados (CARVALHO, 1987, p. 45), e a desilusão com os rumos da República que, além de se configurar como excludente socialmente, parecia ser “propriedade privada” das oligarquias locais e nacionais⁴. Nesse quadro, não demorou muito para a emergência de leituras de crítica social. Contribuiu para isso a vinda de imigrantes que já traziam consigo uma experiência de luta social alimentadas por leituras ligadas ao socialismo e anarquismo. Aqui se encontra o quarto e último elemento mencionado na abertura desta seção do artigo.

Através dos jornais socialistas (*Gutenberg, Operário, Vida Operária* e *O Extremo Norte*) e anarquista (*A Lucta Social*), é possível identificar essa leitura crítica acerca do capital. Como exemplo, extraiu-se um trecho de um artigo publicado pelo jornal *Vida Operária*:

O capitalismo, na imensa brutalidade de tudo conquistar tem oprimido victimas indefeizas e arrastado em turbilhões, pela ambição, - papa e baronetas, e pelo direito da força, reis e exércitos.

O operariado esmagado, martyrisado e asfixiado, pela prepotência sanguinária do capital, ha de saccudir o jugo em que se acha manietado, e proclamar debaixo da ordem aos quatro ventos os seus direitos conspurcados pelo próprio capital.

O capital ha de vêr o pedestal de suas conquistas derruído, e uma nova aurora raiar no campo operario e nelle se erguer o monummento inabalável da Liberdade, em que o mundo será uma única família, embalada nesse dôce lemma Igualdade, Liberdade e Fraternidade, até hontem sonhada e proclamada, porém, calcados pelos pés dos magnatas do capitalismo (O OPERARIADO. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 4, 29/2/1920).

As críticas surgiam numa tentativa de causar um comportamento que levasse os trabalhadores a lutarem por mudanças sociais. Portanto, junto com elas vinham propostas

⁴ Isso não significa dizer que inexistiam, no seio dos trabalhadores, indivíduos que dominassem a leitura e a escrita. Neste sentido, algumas categorias como os gráficos e os caixeiros se colocam como exemplos emblemáticos. Mas não se pode deixar de sublinhar que outras categorias como artesãos, cigarreiros e foguistas, a título de ilustração, também tinham em seu interior grupos que sabiam ler e escrever. A própria imprensa operária e os projetos de instrução voltados para essas categorias e, de forma mais ampla, para o conjunto do operariado local, demonstram não somente a existência desse domínio, assim como uma preocupação em ampliar o número de eleitores a partir de um processo de instrução e alfabetização, mostrando, dessa forma, um interesse em organizar o operário para as disputas eleitorais na Primeira República. Sobre a instrução educacional como instrumento de inserção política ver (TELES, 2014) e acerca dos trabalhadores nas disputas eleitorais nas primeiras décadas do século XX consultar (CASTELLUCCI, 2008).

políticas e sociais que se diferenciavam entre si conforme a postura política e ideológica dos grupos que disputavam o controle do movimento operário local. No caso dos socialistas, a proposta se assentava na organização dos trabalhadores em suas associações, no seu partido político e na sua representação no parlamento, sendo aceito nesse processo a aliança entre as classes (setores médios e até mesmo segmentos do patronato). Já os anarquistas, no caso do Amazonas e considerando o jornal *A Lucta Social*, eram sindicalistas revolucionários, negavam a participação no processo político-eleitoral, condenavam fortemente a colaboração de classes e viam na ação direta e no sindicato os rumos para uma nova sociedade.

Certamente o quadro é muito mais complexo. Porém, para os objetivos propostos neste artigo, o que interessa é assinalar que havia uma disputa pelo controle do movimento operário local entre socialistas, anarquistas, mas também de setores do patronato que ora caminhavam reprimindo as iniciativas desse movimento, ora buscavam incorporá-lo, tentando distanciá-lo de propostas mais radicais de mudanças sociais. É neste último aspecto que a Confederação do Trabalho e seu jornal de mesmo nome entraram em cena.

O jornal *Confederação do Trabalho*: surgimento e personagens

O referido jornal passou a circular na arena jornalística amazonense em 14 de novembro de 1909. Possuía o “formato de 20,5 x 26,4 cm, com quatro páginas de duas colunas. Anunciava possuir tipografia própria e ter suas instalações localizadas na Av. Silvério Nery, n. 159” (PINHEIRO, 2015, p. 190).

IMAGEM 1

Jornal *Confederação do Trabalho* (número 2)



Fonte: reproduzido do microfilme a partir do acervo do Laboratório de História da Imprensa no Amazonas.

O grupo que se articulou em torno do jornal *Confederação do Trabalho*, buscou atuar e influenciar de forma contundente os operários. Traçou como duas de suas principais metas a articulação com setores presentes nos municípios do interior do Amazonas e a sustentação de nomes de candidatos a cargos eleitorais⁵.

No primeiro caso, utilizando a estrutura criada com o surgimento da Confederação do Trabalho – os cargos da diretoria (Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário e Tesoureiro), na capital e no interior, assim como o processo de inclusão de trabalhadores como associados⁶ – uma dinâmica de incorporação foi implementada, com vistas a trazer para sua influência setores economicamente e politicamente importantes dos municípios do interior do Amazonas. Este processo pôde ser observado através dos inúmeros ofícios enviados a comerciantes, donos de seringais e políticos de peso que recebiam a notícia de que foram

⁵ Esses dois pontos encontram-se praticamente nos três números do jornal. Porém, apresenta-se mais incisivamente no n. 2 (28/11/1909).

⁶ A *Confederação do Trabalho* procurou se inserir em setores significativos do operariado, em especial no setor de serviços urbanos como, por exemplo, os operários da Manaós Harbour (empresa inglesa que por concessão administrava os serviços portuários da cidade). NOTÍCIAS IMPORTANTES e BOLETIM. *Confederação do Trabalho*. Manaus, ano I, n. 2, 28/11/1909.

eleitos para algum cargo da referida entidade em seus respectivos municípios, como fica visível, por exemplo, em um desses documentos publicados no jornal:

Humayta, 8 de março de 1909.

Exmo. Sr.

Accusando a recepção do officio de v. exc. datado de 25 do passado, pelo qual tive sciencia da immerecida honra com que o conselho supremo da confederação do Trabalho do Estado do Amazonas distinguiu minha humilde e obscura pessoa, elegendo-me presidente do comitê da mesma confederação neste município, apresso-me em agradecer a escolha que tanto me honra e confunde, e, ao mesmo tempo, apresentar a minha demissão desse cargo, por motivo que aqui ninguém desconhece o meu precário estado de saúde.

Prevaleço-me da oportunidade para testemunhar a v. exc. e a essa humanitária corporação os meus votos de consideração e respeito.

Deus guarde V.E.

Ilmo. Exmo. Paulino Montenegro Toscano do Britto, presidente da confederação do trabalho do Estado do Amazonas.

Anselmo Joaquim Barbosa Tinoco (EXPEDIENTE. *Confederação do Trabalho*. Manaus, ano I, n. 2, 28/11/1909).

Além de evidenciar a dinâmica de incorporação estabelecida pela Confederação do Trabalho (os ofícios foram enviados para vários municípios⁷ e atribuíam aos “escolhidos” diferentes cargos da diretoria), o ofício citado acima indicou uma rejeição ao cargo, justificada nesta situação por problemas de saúde⁸.

No segundo caso, o jornal tornava público o nome dos seus candidatos ao pleito eleitoral de 1909, por intermédio de artigos⁹. Eis os nomes:

Paulino Montenegro Toscano de Britto, industrial, residente em Manáos.

Dr. Fernando Castella Simões, medico, residente em Manáos.

Gabriel Xavier de Salles, artista, residente em Manáos.

Jorge Benedicto Ferreira, artista, residente em Manáos.

José Arthur Pinto Ribeiro, empregado público, residente em Manáos.

Raymundo Rodrigues Cruz, empregado público, residente em Manáos.

Pericles Mello Moraes, jornalista, residente em Manáos.

Pedro de Alcantara Freire, proprietário, residente em Manáos.

Luiz da Silva Gomes, industrial, residente no Purús.

João Martins de Araújo, commerciante, residente em Manós.

Manoel Antônio Grangeiro, proprietário, residente em Manáos.

Dr. Adriano Augusto de Araújo Jorge, médico, residente em Manáos.

Antônio Francisco Monteiro, industrial, residente no rio Madeira.

José Furtado Belém, empregado público, residente em Parintins.

Dr. Virgílio Ramos, medico, residente em Manáos.

Julio Verne de Mattos Pereira, pharmacêutico, residente em Manáos
(MANIFESTO – AO ELEITORADO, AO POVO E A TODAS AS CLASSES

⁷ Entre eles Itacoatiara, São Paulo de Olivença, Uruará, Silves, Fonte Boa, Benjamin Constant, Lábrea, Canutama entre outros. EXPEDIENTE. *Confederação do Trabalho*. Manaus, ano I, n. 2, 28/11/1909.

⁸ Outras rejeições ocorreram como a de Luiz da Silva Gomes, de São Luiz do Cassyana, que declinou da responsabilidade de assumir um dos cargos da Confederação em sua localidade, alegando que os seus negócios consumiam seu tempo. Outros, como Romualdo de Souza Mafra, de São Paulo de Olivença, em vez de assumir, indicou outra pessoa para o cargo de Tesoureiro. EXPEDIENTE. *Confederação do Trabalho*. Manaus, ano I, n. 2, 28/11/1909.

⁹ Em geral os artigos eram intitulados “Os Nossos Candidatos”.

LABORIOSAS DO ESTADO DO AMAZONAS. *Confederação do Trabalho*. Manaus, ano I, n. 1, 14/11/1909).

Nota-se que o jornal mencionou o nome dos candidatos, a profissão e o município onde cada um residia. Consultando outros documentos, numa tentativa de buscar mais informações sobre as pessoas destacadas, descobriu-se que muitos tinham mais de uma atuação profissional e que alguns já tinham sido políticos. Quanto aos dois “artistas” (nesse período esse termo tinha um significado amplo, abarcando profissionais variados como sapateiro, alfaiates, ourives, pedreiro...) ¹⁰, são os únicos que podem ser considerados como advindos do universo operário, e mesmo assim da chamada “aristocracia operária” (HOBSBAWN, 2000, p. 319-366). A grande maioria residia em Manaus.

Desse grupo, tendo em vista as informações coletadas, quatro nomes surgiram como fundamentais. O primeiro deles, como não podia deixar de ser, foi o do presidente da Confederação do Trabalho e editor responsável pelo jornal Paulino Montenegro Toscano de Britto. Além de industrial, dono da Fábrica Silvério Nery, que explorava produtos nacionais e, em especial, um produto desenvolvido especialmente para a Amazônia, a tinta amazonense (FÁBRICA SILVERIO NERY. *Confederação do Trabalho*. Manaus, ano I, n. 3, 25/12/1909), era promotor público com circulação pelos municípios do interior ¹¹, o que talvez explique os contatos que possuía e a dinâmica de incorporação estabelecida e percebida pelos ofícios publicados no jornal.

Já o nome de Luiz da Silva Gomes apareceu num dos ofícios enviados por Paulino Britto. Residente em Lábrea ostentava o título de coronel, o que revela seu poder político e econômico na região (A *FEDERAÇÃO*. Manaus, ano V, n. 233, 25/10/1898). Era dono do seringal denominado de Bom Jesus e outro de Lua Nova, além de uma lancha chamada América (O *CORREIO DO PURÚS*. Lábrea, ano VII, n. 2, 27/11/1904). Da mesma estirpe, Antônio Francisco Monteiro apareceu também num dos ofícios. Residente em Humaitá, era paraense e comerciante dessa localidade (COMMÉRCIO DO AMAZONAS. Manaus, ano XXXI, n. 348, 14/12/1898). Atuou na Comissão de Poder e Instrução Pública (A *FEDERAÇÃO*. Manaus, ano V, n. 238, 30/10/1898). Foi Deputado Estadual (QUO VADIS? Manaus, ano II, n. 234, 13/12/1903). Portanto, já estava envolvido ativamente na política da região.

¹⁰ Carvalho salientou o significado amplo desse termo “artista”, o qual designava boa parte dos trabalhadores no Sul da Bahia na década de 1920. Ver: (CARVALHO, 2012).

¹¹ Como por exemplo, em Tefé, São Gabriel da Cachoeira e Fonte Boa. *DIÁRIO OFFICIAL*. Manaus, ano VII, n. 1489, 24/1/1899; *DIÁRIO OFFICIAL*. Manaus, ano VII, n. 1600, 15/6/1899.

Os outros dois foram José Furtado Belém e o Dr. Adriano Augusto de Araújo Jorge. O primeiro era comerciante em Parintins. Foi também Administrador da Mesa de Rendas (*DIÁRIO OFFICIAL*. Manaus, ano IV, n. 625, 24/1/1896) e Superintendente Municipal (*DIÁRIO OFFICIAL*. Manaus, ano IV, n. 623, 22/1/1896) da localidade. Detinha uma influência significativa em sua região. O segundo, Adriano Jorge, era alagoano. Em Alagoas trabalhou como professor no Colégio Ginásiano Alagoano na década de 1870 do século XIX (SILVA, 2012, p. 105). Fez parte da comissão que elaborou o Compêndio de Pedagogia Prática (1886) que trazia em seu bojo um conjunto de orientações para os professores desenvolverem suas atividades em sala de aula. Na Bahia, formou-se em Medicina (SILVA, 2011, p. 10). Já no Amazonas, atuou como professor, médico e jornalista, além de se inserir na política se candidatando, como se viu, a uma cadeira no parlamento estadual em 1910, apoiado pelo grupo de Bittencourt¹² e pela Confederação do Trabalho no Amazonas (MANIFESTO – AO ELEITORADO, AO POVO E A TODAS AS CLASSES LABORIOSAS DO ESTADO DO AMAZONAS. *Confederação do Trabalho*. Manaus, ano I, n. 1, 14/11/1909).

Sobre os membros da Confederação do Trabalho na capital, além de Paulino Britto, atuavam: Antônio Rodrigues Sampaio – Vice-Presidente (foi ministro da guerra e interino dos estrangeiros, duque de Saldanha Reino) (*COMMÉRCIO DO AMAZONAS*. Manaus, ano I, n. 235, 8/7/1870); Antônio de Mattos (não se conseguiu informações sobre ele); Henrique Rocha – 2º Secretário (Deputado Estadual. Foi 2º Suplente de Juiz Municipal (*DIÁRIO OFFICIAL*. Manaus, ano VIII, n. 1784, 2/2/1900). Era dono de lancha chamada Nazaré) (*A CAPITAL*. Manaus, ano II, n. 233, 10/3/1918); Januario Romano (sem informações); Guilherme Borges (era chauffeur) (*A CAPITAL*. Manaus, ano II, n. 216, 21/2/1918); Antônio Caetano da Silva (sem informações) e Augusto Borba (era chefe de máquinas da Usina Central no Plano Inclinado) (*CORREIO DO NORTE*. Manaus, ano II, n. 514, 12/8/1910).

Com efeito, a partir do que foi coletado sobre os personagens que emergiram do jornal *Confederação do Trabalho*, pode-se sugerir que existiram setores da elite que se

¹² Filho de José Ferreira Bittencourt (Tenente) e Damiana Filipa de Sousa, Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt nasceu em Manaus no dia 23 de novembro de 1853. Ingressou na política através do Partido Democrata. Tornou-se deputado estadual três vezes. Em 1896, o seu partido sofreu uma cisão e ele ficou na oposição. Mais tarde se tornou secretário-geral do Amazonas no governo de Silvério Nery (1900-1903). Com apoio de Silvério Nery foi eleito senador pelo Estado sem, no entanto, assumir em função de sua vitória ter sido anulada pela Comissão responsável pela diplomação. Concorreu ao governo do Estado como vice na chapa de Constantino Nery (irmão de Silvério Nery) (<http://cpdoc.fgv.br/verbetes/primeira-republica>). Acesso em 22/8/2017 às 10h e 30min). Em 1908 Bittencourt rompe com Silvério Nery e, após, assume o governo do Estado. O cenário que causou esse rompimento será visto mais adiante no texto. Neste momento, o que se quer apontar é o envolvimento de Bittencourt na política local e sua relação, desde então, com Silvério Nery.

movimentaram e promoveram uma articulação com militantes operários, recepcionando alguns como membros da diretoria da Confederação na capital (Augusto Borba e Guilherme Borges) e outros como seus candidatos ao pleito governamental (Gabriel Xavier de Salles e Jorge Benedicto Ferreira). Quais são os interesses em jogo que permitiram que setores da elite local realizasse uma aproximação com parcela da militância operária e/ou vice-versa?

A colaboração de classes e a proposta do “bloco de interesses do trabalho”

Passada a instabilidade e a crise política do momento inicial do novo regime republicano, o Amazonas viveu alguma estabilidade política interna, entre os anos de 1900 e 1908, com a ascensão de Silvério Nery e sua família. Contudo, após esse período, ocorreram cisões que resultaram na falta de coesão e unidade da elite local. Portanto, assim como na Bahia (CASTELLUCCI, 2008, p. 32) e no Rio Grande do Sul (OLIVEIRA, 2003, p. 89-95), os grupos dominantes locais não conseguiram unificar, num único partido republicano, os quadros políticos e os interesses comerciais e econômicos, como em São Paulo (OLIVEIRA, 2003, p. 95). Desta forma, surgiram partidos como o Partido Republicano Federal, o Partido Republicano Liberal e o Partido Republicano Amazonense¹³, acomodando grupos que disputavam o controle do Estado. Portanto, novamente se tem um quadro¹⁴ que contribuiu para que esses grupos buscassem, em grande medida, apoio em setores populares, em especial no operariado amazonense, para ampliar suas bases de apoio e sustentação. Mas um elemento “novo” se fez presente nesse momento: a borracha plantada de forma racional nas colônias britânicas da Ásia que começava a ser oferecida e absorvida no mercado mundial em quantidades crescentes e a preços baixos, em função do menor custo de produção e valor do imposto de exportação e frete. Era uma ameaça ao principal produto do Amazonas e a economia erigida em suas bases.

A materialização dessa ameaça causou profunda preocupação em setores de seringalistas e comerciantes, visível num artigo da Associação Comercial do Rio Purus, publicado na *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, no qual assinala que as “grandes plantações asiáticas da hevea brasiliensis provam quão desenredados andamos nós, cegos pela superabundância deste product, deixamos que os estranhos se preparem [no

¹³ Ainda está por ser feito um estudo sobre os grupos políticos, partidos e eleições no Amazonas no decorrer da “República Velha”. Porém, existem pesquisas que tratam de aspectos desse processo como (SANTOS, 2001) e (FIGUEIRA, 2011).

¹⁴ Nos anos iniciais após a implantação da República, as instabilidades políticas e os interesses em jogo permitiram aproximações entre setores da elite e operariado da região. Ver: (TELES, 2015).

plântio], (...) perigo a nossa economia” (ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO PURUS. *Revista da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus, 5/10/1908).

A realização do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola, realizado em fevereiro de 1910 na sede da Associação Comercial do Amazonas (ACA) em Manaus, buscou discutir, entre outras coisas, a elaboração de um projeto de proteção e valorização da borracha que, nos anos subsequentes, foi ganhando corpo conforme ela ia perdendo mercado. Este se resumia na diminuição dos fretes e capatazias pelas empresas estrangeiras que controlavam o porto e o transporte fluvial, dos impostos de exportação pelo governo federal e dos custos de produção (AVELINO, 2008, p. 84). Mas não ficou somente nisso, propostas de instalação/ampliação de indústrias de beneficiamento da borracha foram elaboradas, assim como a necessidade de diversificar os setores da atividade econômica, com a produção agrícola e exportação de outros itens.

Esse cenário de ameaça ao principal produto de exportação da região, e os diferentes projetos que surgiram no sentido de superá-lo, causou e acentuou uma divisão no interior das elites e grupos políticos. Isso ficou bastante evidente quando ocorreram acirradas disputas políticas internas, cujas disputas nacionais¹⁵ agravaram. No Amazonas, os Nery, grupo político comandado por Silvério Nery que atuou de forma hegemônica entre os anos de 1900 a 1908 (LOUREIRO, 1978, p. 248-250), viu-se ameaçado pelo rompimento de Antônio Bittencourt, governador do Estado (1908-1912) que havia sido apoiado por ele. Muitas das ações políticas de Bittencourt emergiram sem o conhecimento e participação de Nery, o que acarretou cobranças por parte deste (BURNS, 1966, p. 32).

O resultado foi um conflito político que apareceu na convenção partidária do PRF (Partido Republicano Federal) em 1910. O objetivo de Bittencourt era retirar Silvério Nery da chefia da agremiação. Em resposta, esse último solicitou apoio de Pinheiro Machado¹⁶ que enviou para Manaus um oficial do exército a fim de assumir o comando das forças federais no Amazonas. Com este apoio, Nery se movimentou buscando retirar à força Bittencourt do governo, o que resultou num bombardeio à cidade em 8 de outubro de 1910 (BURNS, 1966, p. 32).

¹⁵ Em especial a sucessão presidencial de 1910, entre Rui Barbosa e Hermes da Fonseca, que revelou cisões e disputas políticas intra-oligárquicas (em São Paulo e em Minas Gerais), os quais se materializaram em discursos, por um lado, de “moralização da política” e rompimento das “práticas e vícios excludentes” e, por outro, de “salvacionismo”. Consultar: (UEÓCKA, 2004 p. 86-90).

¹⁶ Senador pelo Partido Republicano Rio-Grandense desde a década final do século XIX, Pinheiro Machado foi uma figura importante no cenário nacional e gaúcho. No decorrer da Primeira República brasileira foi um personagem proeminente no partido e na própria República, ocupando espaços políticos que lhe deram poder de influência em decisões de projetos no Congresso, indicação de candidatos à presidência do Brasil e composição de ministérios. Observar: (DUARTE, 2007, p. 35-38).

Tal fato repercutiu para além do Amazonas, reverberando na grande imprensa de outros Estados, particularmente no Rio Grande do Sul, reduto de Pinheiro Machado. O *Brazil*, de Caxias do Sul, transcreveu um artigo de *O Paiz*, do Rio de Janeiro, sobre esse caso, em primeira página, o qual procurou isentar Machado de qualquer responsabilidade no episódio, atribuindo a culpa aos conflitos políticos internos existentes na região (Nery e Bittencourt) e classificando o fato como “violência abominável contra o prestígio da Federação, contra a ordem do regimen, contra o bom nome da Pátria” (PINHEIRO MACHADO. *O Brazil*. Rio Grande do Sul – Caxias, ano II, n. 81, 20/10/1910). Claramente o jornal se posicionou ao lado de Pinheiro Machado, ao destacar no artigo transcrito que:

Os comandantes exorbitaram das suas atribuições, comprometteram seu nome, alarmaram as consciências republicanas do paiz. Agiram por impulso próprio, apaixonados pela causa política da oposição. Onde está um só documento justificando essa sugestão do general Pinheiro Machado?

(...)

Há réos confessos desse crime. Esperemos a sua justa punição. O civilismo, responsabilizando por essa indignidade um político da proeminência do senador Pinheiro Machado cujas palavras são de reprovação absoluta a tal prepotência, não procura senão em desespero de causa, vingar-se do chefe, que lhe inflingiu nas urnas uma derrota formidável (PINHEIRO MACHADO. *O Brazil*. Rio Grande do Sul – Caxias, ano II, n. 81, 20/10/1910).

Todavia, após toda essa repercussão, Nery não conseguiu o que queria, ao contrário, viu surgir da cisão um grupo político, agora liderado por Bittencourt, que após o bombardeio da cidade ganhou apoio de setores médios e parcela da praça comercial. Esse grupo, composto por seringalistas, industriais e comerciantes (pequenos e médios), tinha como proposta proteger e ampliar a indústria de beneficiamento da borracha e diversificar as atividades econômicas. Buscava se distanciar das grandes firmas comerciais (casas aviadoras), que vinham estendendo seu raio de ação e aumentando a extração (e não o plantio) da goma elástica, por intermédio da compra de seringais e de barcos a vapor, e se aproximar dos trabalhadores, dialogando com um diminuto número de militantes socialistas em torno de um projeto, amplo e abrangente, que levasse em conta os interesses do trabalho em geral.

Esse certamente não era o projeto visualizado pelos militantes operários que gravitavam em torno do *Gutenberg* e *Operário*. Naquele momento inicial do regime republicano, os espaços abertos pela instabilidade política oportunizavam uma inserção, ainda que incipiente e efêmera, cujos interesses de participação política e intervenção social encontravam guarida especificamente no Partido Operário, que atuaria na composição de forças e pressionaria para que as demandas específicas dos trabalhadores fossem atendidas. Já

a proposta do que se pode chamar de “bloco de interesses do trabalho”¹⁷, presente no *Confederação do Trabalho*, incorporava alguns militantes em partidos que não eram nem socialistas e muito menos operários. Estes tinham que lutar internamente para que as reivindicações dos trabalhadores, ou pelo menos algumas delas, fizessem parte do programa do bloco. Em geral, as reivindicações acabavam assumindo um caráter mais amplo, destinado ao povo em geral, como as críticas estabelecidas a determinados impostos, como o “imposto pessoal para todos os artistas, operários e trabalhadores de Manaus”, e a defesa da descentralização do abastecimento da cidade, com a implantação de feiras nos bairros (LEI CONTRA O OPERÁRIO – IMPOSTO MISERANDO. *Confederação do Trabalho*. Manaus, ano I, n. 3, 25/12/1909; MERCADO PÚBLICO. *Confederação do Trabalho*. Manaus, ano I, n. 3, 25/12/1909).

Para efeito deste texto, cabe assinalar que as disputas políticas se agravaram em especial no período da chamada “longa decadência”¹⁸ da borracha, dando origem a novos grupos dissidentes¹⁹. Estes, não desconsiderando a presença dos militantes operários que desde o início da República procuravam ver atendidas as suas reivindicações, passaram a disputá-los. Particularmente a circulação do jornal *Confederação do Trabalho* (1909) ocorreu no momento das disputas políticas entre Nery e Bittencourt, o que reverberou em suas páginas:

Torna-se preciso para bem de todos os que vivem, que desapareça esta atmosfera carregada de traições, deslealdades e, sobretudo, de falta de compostura dos homens responsáveis perante o povo desta terra tão magnânima e tão hospitaleira.

Quem não quiser estar ao lado dos srs. Silverio Nery, Jorge de Moraes, Jonathas Pedrosa, Antônio Monteiro, Antônio Nogueira, Ferreira Penna e Aurélio Amorim, deve formar de outro lado; o que não pode nem deve continuar, porque é uma vergonha nesta terra, é a descompostura soez e baixa que diariamente se lê nos jornaes que aqui circulam (DESVENDEM-SE OS MYSTÉRIOS. *Confederação do Trabalho*. Manaus, ano I, n. 3, 25/12/1909).

Claramente o jornal girava em torno de Antônio Bittencourt, pois não somente elogiava sua pessoa (MANIFESTO – AO ELEITORADO, AO POVO E A TODAS AS

¹⁷ Loner assinalou que no Rio Grande do Sul, em especial Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, vislumbrou-se um “bloco do trabalho, forte pelo seu número e por sua abrangência, que estivesse em posição favorável para lutar pelos interesses da nascente indústria e do trabalho”. Em contexto de proteção à indústria e comércio frente aos fortes “interesses rurais”, o bloco ensejou que parte das reivindicações dos trabalhadores fosse incorporada e disputasse espaço no programa a ser defendido perante a sociedade gaúcha. Ver: (LONER, 2010, p. 112-113).

¹⁸ Termo usado por Weinstein para designar o período que se iniciou por volta do princípio dos anos de 1910 e se prolongou até o final da década seguinte, consolidando a crise da borracha (WEINSTEIN, 1993, p. 241).

¹⁹ Um deles ligado a Jonathas Pedrosa e outro a Guerreiro Antony, dois líderes oligárquicos em oposição. Portanto, os anos vinte no Amazonas terão no mínimo quatro grupos políticos (os de Nery, Bittencourt, Antony e Pedrosa) disputando o controle do Estado.

CLASSES LABORIOSAS DO ESTADO DO AMAZONAS. *Confederação do Trabalho*. Manaus, ano I, n. 1, 14/11/1909) como também criticava duramente os governos anteriores (Silvério Nery e seu irmão Constantino Nery) (OS NOSSOS CANDIDATOS. *Confederação do Trabalho*. Manaus, ano I, n. 1, 14/11/1909). Portanto, o grupo por traz deste impresso, buscando defender e viabilizar a proposta do “bloco de interesses do trabalho”, atuou no sentido de ampliar o seu raio de ação entre extrativistas, comerciantes, industriais e personalidades políticas de diversos municípios do interior. Mas também entre operários, através de alguns de seus militantes, sobretudo aqueles que aceitavam a colaboração de classes, prometendo assegurar, por meio de articulações e diálogos, melhorias pontuais para as categorias em geral.

CONCLUSÃO

Parece claro que o jornal *Confederação do Trabalho* trazia em seu bojo uma proposta política materializada na ideia do “bloco de interesses do trabalho”, a ser conduzido por setores da elite extrativista e comercial ligados à figura de Antônio Bittencourt, num contexto de cisões e disputas pelo poder estadual entre a elite local. Mas não era somente isso, pois havia o interesse também por parte dessa elite de evitar que o operariado local fosse influenciado por ideias socialistas e anarquistas que por ventura proporcionassem uma ação mais radical de luta social por parte destes.

Com efeito, capitaneados por Paulino Montenegro Toscano de Britto, esses setores dominantes da região procuraram, através de uma estrutura organizativa que buscou estender seus tentáculos em vários municípios do Amazonas, estabelecer alianças em busca de um duplo caminho: fazer frente à borracha cultivada na Ásia e diversificar a economia regional e, nesse processo, incorporar, minimamente, os operários nesse projeto, garantindo-lhes apoio nas demandas de reconhecimento social e melhores condições de vida.

Cabe sublinhar que essa proposta disputou com outras, como a do sindicalismo revolucionário que marcou uma forte presença no Amazonas entre 1913 e 1916, cujos aspectos se encontram no periódico que passou a ser seu porta-voz, *A Lucta Social*. Mas isso já é outra história...

*Artigo recebido: 31/12/2016 – Aprovado: 15/08/2017.

Fontes Consultadas

Periódicos:

- A Capital*, Manaus (1917, 1918)
A Federação, Manaus (1896, 1898)
A Lucta Social, Manaus (1914)
Commércio do Amazonas, Manaus (1870, 1898, 1899)
Confederação do Trabalho, Manaus (1909)
Correio do Norte, Manaus (1906, 1909, 1910, 1911, 1912)
Diario Official, Manaus (1893, 1896, 1899, 1900)
Gutenberg, Manaus (1891-1892),
O Correio do Purús, Lábrea (1904)
O Extremo Norte, Manaus (1920)
Operário, Manaus (1892)
Quo Vadis?, Manaus (1902, 1903)
Revista da Associação Comercial do Amazonas, Manaus (1908)
Vida Operária, Manaus (1920)

Referências Bibliográficas

- AVELINO, Alexandre Nogueira. ***O patronato amazonense e o mundo do trabalho: a Revista da Associação Comercial e as representações acerca do trabalho no Amazonas (1908-1919)***. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2008.
- BURNS, Bradford. ***Manaus 1910: retrato de uma cidade em expansão***. Manaus: Governo do Amazonas, 1966.
- CARVALHO, José Murilo de. ***Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi***. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, Philipe Murillo Santana de. ***Trabalhadores, organizações e disputas políticas na última década da Primeira República***. *Revista Crítica Histórica*, Maceió, vol. 3, n. 5, jul./2012, p. p. 81-105.
- CASTELLUCCI, Aldrin. ***Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República***. Tese (doutorado em História), PPGH/UFBA, Salvador, 2008.
- COSTA, Francisca Deusa Sena da. ***Quando viver ameaça a ordem urbana: cotidiano de trabalhadores em Manaus, 1915-1925***. Dissertação (mestrado em História), PPGH/PUC-SP, São Paulo, 2000.

DIAS, Edinéia Mascarenhas. *A ilusão do fausto – Manaus (1890-1920)*. Manaus: Valer, 1999.

DUARTE, Luiz Antônio Farias. *Imprensa e Poder no Brasil – 1901 -1915: estudo da construção do personagem Pinheiro Machado pelos jornais Correio da Manhã (RJ) e A Federação (RS)*. Dissertação (mestrado em Comunicação e Informação), PPGCOM/UFRGS, Porto Alegre, 2007.

FIGUEIRA, Rickson França. *Imprensa, política e poder: a sucessão governamental do Amazonas em 1920*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2011.

HOBBSAWN, Eric. *A aristocracia do trabalho na Inglaterra do século XIX*. In: *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. 2º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, 319-366.

LONER, Beatriz Ana. *O projeto das ligas operárias no Rio Grande do Sul no início da República*. *Anos 90*, Porto Alegre, vol. 17, n. 31, jul./2010, p. 111-143.

LOUREIRO, Antônio José Souto. *Síntese da História do Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial, 1978.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Mobilização operária na República excludente: um estudo comparativo da relação entre Estado e movimento operário nos casos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul nas duas primeiras décadas do século XX*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 2003.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro. *Imigração, trabalho e imprensa em Manaus, 1890-1928*. *Revista Litteris*, n. 14, set./2014, p. 1-21.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)*. Manaus: Edua, 1999.

_____. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. 3º ed. Manaus: EDUA, 2015.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. *A rebelião de 1924 em Manaus*. 3º ed. Manaus: Valer, 2001.

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. *A Cidade de Belém no Tempo da Borracha*. In: *Edilza Joana Oliveira Fontes. (Org.). Contando a História do Pará - Os conflitos e os Grandes Projetos na Amazônia Contemporânea (séc. XX)*. 1º ed. Belém: E.Motion, 2002, v. II, p. 3-25.

SILVA, Fabrícia Carla de Albuquerque, SANTOS, Inalda Maria dos. *Formação de professores na escola normal maceioense no Império: vestígios de tradições estrangeiras*. *VI Encontro de Pesquisa em Educação em Alagoas – EPEAL*, Maceió, 12 a 15 de setembro de 2011, p. 1-12.

SILVA, Fabrícia Carla de Albuquerque. **Hermenêutica das cadeiras privilegiadas no ensino secundário alagoano do século XIX: discussão que perpassa o currículo.** *Debates em Educação*. Maceió, vol. 4, n. 8, jul./dez. 2012, p. 98-118.

TELES, Luciano Everton Costa Teles. **Mundos do trabalho e imprensa: a vida operária em Manaus na década de 1920.** Manaus: UEAEDIÇÕES, 2016.

_____. **A vida operária em Manaus: imprensa e mundos do trabalho.** Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2008.

_____. **Entre perseguições, agressões e empastelamentos: o caso de jornais de trabalhadores Gutenberg (1891-1892) e Operário (1892) no Amazonas na Primeira República Brasileira.** *Aedos*. Porto Alegre, v. 9, n. 17, dez./2015, p. 22-40.

_____. **O jornal Vida Operária e a instrução educacional como instrumento de inserção política.** *Anos 90*, Porto Alegre, vol. 21, n. 39, jul/2014, p. 311-336.

UEÓCKA, Lorayne Garcia. **A campanha civilista nas ruas: uma análise de sua construção retórico-política.** Tese (doutorado em História), UNESP, Assis/SP, 2004.

WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920).** São Paulo: Hucitec, 1993.